



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE MARÇO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

Belarmino Henriques Correia

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, a diverso título, além dos Srs. Secretários de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira), Adjunto do Ministro da Administração Interna (Carlos Encarnação), das Obras Públicas (Alvaro Magalhães), dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar

(Luís Capoulas) e dos Srs. Subsecretários de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Duarto Ivo Cruz) e Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (Vasco Matias), os Srs. Deputados José Puig (PSD), André Martins (Os Verdes), Manuel dos Santos, António Campos e Miranda Calha (PS) e Luís Sá (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Soares Campos.
 Adriano da Silva Pinto.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Álvaro José Martins Viegas.
 Américo de Sequeira.
 Ana Paula Matos Barros.
 António Barradas Leitão.
 António Correia Vairinhos.
 António da Silva Bacelar.
 António do Carmo Malveiro.
 António Esteves Morgado.
 António Fernandes Alves.
 António Germano Sá e Abreu.
 António José da Mota Veiga.
 António Maria Pereira.
 António Paulo Coelho.
 António Santos Pires Afonso.
 Aristides Alves Teixeira.
 Arlindo da Silva Moreira.
 Armando Guerreiro da Cunha.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henriques Correia.
 Bernardino Gata da Silva.
 Carlos Almeida Figueiredo.
 Carlos de Almeida Coelho.
 Carlos Duarte Oliveira.
 Carlos Lopes Pereira.
 Carlos Lélis.
 Carlos Manuel Gonçalves.
 Carlos Miguel de Oliveira.
 Carlos Oliveira da Silva.
 Cecília Pita Catarino.
 Cipriano Rodrigues Martins.
 Delmar Ramiro Palas.
 Domingos José Soares Lima.
 Duarte Rogério Pacheco.
 Eduardo Pereira da Silva.
 Elói Franklin Ribeiro.
 Ema Maria Lóia Paulista.
 Fernando Cardoso Pereira.
 Fernando Correia Afonso.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Fernando Gomes Pereira.
 Fernando Marques de Andrade.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Filipe Manuel Silva Abreu.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Bernardino Silva.
 Francisco Fernandes Martins.
 Guido Orlando Rodrigues.
 Guilherme Rodrigues Silva.
 Isilda Maria Pires Martins.
 Jaime Gomes Mil-Homens.
 João Alberto Granja Silva.
 João Álvaro Poças Santos.
 João de Oliveira Martins.
 João do Lago Mota.
 João Granja da Fonseca.

João José da Silva Maças.
 João José Pedreira de Matos.
 João Salgado.
 Joaquim Cardoso Martins.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela Araújo.
 Jorge Paulo Roque da Cunha.
 José Alberto Puig Costa.
 José Álvaro Pacheco Pereira.
 José António Peixoto Lima.
 José Augusto Silva Marques.
 José Bernardo Falcão Cunha.
 José Borregana Meireles.
 José Freitas Costa Leite.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Leite Machado.
 José Macário Correia.
 José Manuel da Silva Costa.
 José Mário Gaspar.
 José Mário Lemos Damião.
 José Pereira Lopes.
 José Reis Leite.
 Luís António Martins.
 Luís Carrilho da Cunha.
 Luís Filipe Pais de Sousa.
 Luís Manuel Costa Geraldès.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Antero Cunha Pinto.
 Manuel Azevedo.
 Manuel Baptista Cardoso.
 Manuel Lima Amorim.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Simões Marques.
 Maria Conceição Rodrigues.
 Maria da Conceição Pereira.
 Maria Fernanda Dias Cardoso.
 Maria Helena Ramos Mourão.
 Maria Leonor Beleza.
 Maria Luísa Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar.
 Maria Margarida de Sousa.
 Marília Dulce Pires Morgado.
 Mário Belo Maciel.
 Mário de Oliveira Santos.
 Melchior Pereira Moreira.
 Miguel Bento Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Relvas.
 Nuno Delerue Alvim de Matos.
 Olinto da Cruz Ravara.
 Pedro e Holstein Campilho.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Pedro Manuel Passos Coelho.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Carlos Alvarez Carp.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
 Simão José Ricon Peres.
 Vasco Francisco Miguel.
 Virgílio de Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto de Oliveira e Silva.

Alberto de Sousa Martins.
 António Alves Martinho.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Pencados.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.
 Jorge Lação Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Celeste Silva Correia.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Daniel dos Reis Branco.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Carlos Martins Peixoto.
 Luís Manuel Viana de Sá.
 Manuel Garcia Correia.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 João Paulo Morais Gomes.
 Manuel Rodrigues Queirós.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Deputados independentes:

Mário Batista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, mas foi rejeitada a sua admissão ao abrigo da alínea c) do artigo 16.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 130.º do Regimento da Assembleia da República, por violação do disposto no n.º 2 do artigo 170.º da Constituição da República Portuguesa, o projecto de lei n.º 114/VI — Isenção de IVA nos livros escolares (PS).

Deu igualmente entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 115/VI — Elevação de Rio de Mouro à categoria de vila (PCP), que baixou à 6.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entrando na ordem do dia da sessão de hoje, dedicada a perguntas ao Governo, dou a palavra ao Sr. Deputado José Puig, para fazer uma pergunta sobre a poluição do ambiente em Valongo e Gondomar por causa da LIPOR — Central de Computagem.

O Sr. José Puig (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Já é um facto público e conhecido que uma das grandes questões ambientais do concelho de Valongo, e que também afecta as populações dos concelhos limítrofes, é o mau funcionamento da LIPOR.

Como se sabe, a poluição ambiental causada por esta empresa resulta do facto de serem depositadas diariamente na sua estação de tratamento, sita em Ermesinde, muitas toneladas de resíduos sólidos acima da respectiva capacidade de tratamento.

Sabemos que a necessidade de construção de uma segunda estação de tratamento é uma questão antiga; sabemos que há um protocolo entre os vários concelhos que integram a associação intermunicipal e a LIPOR, protocolo que, no entanto, por diversas razões, ainda não está em execução, o mesmo acontecendo com a tal segunda estação de tratamento, que ainda não foi anunciada — aliás, ao que se sabe ainda não há qualquer projecto para a respectiva construção.

De acordo com o que é sabido, a construção dessa segunda estação de tratamento é a única forma de resolver aquele problema. Por muita tecnologia que se possa ter, por muito avanço que haja em termos tecnológicos, não há outra forma de resolver o problema, dado que a tecnologia vai avançando mas os resíduos sólidos resultantes do aumento demográfico, que, aliás, naquela zona é muito intenso, também vão crescendo muito.

No passado dia 30 de Janeiro, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da LIPOR, que é simultanea-

mente presidente da Câmara de Valongo, anunciou a adjudicação de uma empreitada para a construção do aterro da estação de tratamento da LIPOR e do estudo para a eventual utilização do gás metano que os resíduos produzem.

As questões que aqui se colocam têm a ver com a própria postura que o Sr. Presidente do Conselho de Administração assumiu na cerimónia de adjudicação, onde, com alguma poesia, disse até que em vez dos mosquitos que andavam por aquela zona íamos ter agora borboletas a voar, bem como outra passadeira bonita...!

Creio que houve algum exagero nisso, mas, já agora, quero colocar-lhe algumas questões sobre esta matéria, Sr. Secretário de Estado.

Em relação a essa mesma empreitada que referi está prevista alguma comparticipação do Governo? Em caso afirmativo, qual é essa taxa de comparticipação? Quem é que na sua maior parte vai ser o responsável pelo pagamento da respectiva obra?

É ou não verdade que não é só com aquela obra que vamos passar «dos mosquitos para as borboletas», isto é, que o problema não se resolve desse modo, que esse pode ser um remédio, com alguns aspectos positivos, mas que a obra de fundo é aquela que referi há pouco?

Quanto a essa obra de fundo, ela foi já apresentada ao Governo pela associação intermunicipal dos municípios envolvidos.

Então, há ou não qualquer projecto para a obra de construção da segunda estação de tratamento?

O que se diz naquela zona é que ainda não há qualquer projecto, porque os municípios, nomeadamente os da Maia e de Matosinhos, para cujo local intermédio está prevista a construção dessa estação de tratamento, não se entenderam ainda quanto ao sítio exacto e que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da LIPOR não consegue ter qualquer força política no meio desta questão e fazer com que haja um entendimento que leve à apresentação do referido projecto.

Por último, gostaria de saber o seguinte: se esse projecto for rapidamente apresentado, está o Governo na disposição de participar o custo da respectiva obra?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Puig: Efectivamente, se analisarmos aquilo que foi, em Portugal, a política no domínio dos resíduos sólidos e do seu tratamento, verificamos que, na sua globalidade, ela foi dominada pela preocupação de aumentar a população servida em termos de recolha de resíduos sólidos.

Podemos dizer que esta primeira fase de intervenção, em termos de política de ambiente no domínio dos resíduos sólidos, caracterizou-se fundamentalmente por uma política de incentivação ao aumento dos níveis de recolha e ao alargamento da população servida.

Isto foi o que aconteceu, genericamente, em todo o País.

O problema central do destino e do processamento a dar aos resíduos sólidos assim recolhidos foi remetido para uma segunda fase.

Em relação a esta questão do destino final a dar aos resíduos sólidos diversas autarquias, com o apoio do

Governo e da administração, ensaiaram já diversas soluções.

Portanto, não há uma solução única para estes problemas. Todas as soluções estão associadas à dimensão da recolha efectuada e aos volumes de resíduos sólidos processados. Nestes termos, por exemplo, a Área Metropolitana do Porto beneficia, à partida, de uma situação privilegiada, porque, dentro do seu espaço, possui uma fábrica para tratamento de resíduos sólidos, utilizando o processo de computagem. Ora, isto cria, desde logo, uma situação de privilégio quanto à eliminação de resíduos.

Temos de ser realistas e admitir que a LIPOR nem sempre terá sido alvo de uma administração eficaz e de uma gestão que, por um lado, permitisse obter preços mais baixos para a recolha de lixo e, por outro, eliminasse ou deixasse de ser um foco significativo de poluição e de degradação do ambiente, o que tem afectado não só os moradores mais directos do concelho de Valongo mas uma área muito mais vasta. E porquê? Porque os ventos dominantes naquela zona têm uma determinada incidência e afectam, do ponto de vista dos maus cheiros, uma zona muito mais vasta.

Todos os investimentos que se fizeram na LIPOR foram comparticipados e apoiados pelo Governo quer no quadro do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, antes do estabelecimento do cenário do programa de desenvolvimento regional e do Quadro Comunitário de Apoio, quer em 1986, após o programa de desenvolvimento regional e no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Portanto, houve comparticipação quer na segunda linha de montagem instalada na LIPOR quer em todos os trabalhos subsequentes, incluindo o financiamento para a realização de um plano director de resíduos sólidos para a Área Metropolitana do Porto e os estudos para a estação de resíduos sólidos do Porto, que estão a ser financiados pelos fundos comunitários. Portanto, as autarquias não têm nenhum tipo de razão para não avançarem com os seus programas, já que os financiamentos para tudo isto têm sido garantidos. Logo, não tem sido por questões de falta de financiamento que não têm ocorrido soluções mais eficazes.

O Sr. Deputado José Puig afirmou que a actual estação de tratamentos da LIPOR é apenas um passo para a resolução dos problemas de resíduos sólidos a nível da Área Metropolitana e, tal como o Sr. Deputado afirmou, efectivamente, no que se refere à central de incineração a realização está, neste momento, em discussão e análise no seio dos municípios, porque as condições existem para que ela possa ser concretizada.

Eu, próprio, numa reunião com as autarquias da Área Metropolitana do Porto, tive a oportunidade de insistir com os presidentes dos municípios para que rapidamente abrissem um concurso e fossem definidos financiamentos. É que, inclusivamente, podemos correr o risco de perder, ou de ter de canalizar para outro tipo de projectos, algumas fontes de financiamento que estavam disponíveis para apoiar esta central de incineração, que será a solução final dos problemas dos resíduos sólidos na Área Metropolitana do Porto.

Portanto, no que lhe diz respeito, estão, efectivamente, criadas as condições. Falta que os municípios avancem com o projecto e, até pelos próprios termos em que está definido, logo poderá ser dado o financiamento necessário para podermos avançar.

Para já, ficava por aqui. Estou disponível para dar algum esclarecimento adicional, se o Sr. Deputado assim o entender.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Puig.

O Sr. José Puig (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Em face da imagem que nos dá de toda a situação e do prejuízo das populações do concelho de Valongo e envolventes por causa do funcionamento da LIPOR, penso que isso merece perante esta Câmara alguns esclarecimentos adicionais.

Sr. Secretário de Estado, a necessidade da segunda estação de tratamento, devida ao excesso de resíduos sólidos em relação à capacidade de tratamento, verifica-se há quantos anos? É o mesmo período de tempo — todos estes anos sobre que V. Ex.^a nos vai esclarecer — que os municípios tiveram para elaborar o projecto dessa mesma estação? É essa, de facto, a questão de fundo e sobre isso gostava que nos desse alguns esclarecimentos adicionais, nomeadamente quanto ao seu conhecimento acerca da fase em que se encontram as negociações entre os municípios acerca disso.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, se assim o entender.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Puig: Efectivamente, o que se passou foi o seguinte: as autarquias ligadas à administração da LIPOR levaram uma série de anos em debates mais ou menos estérteis sobre que tipos de tecnologia, que tipo de modelo e de segunda fase é que iria ser a segunda estação da LIPOR.

A quantidade de estudos e de análises foi de tal ordem que, em determinado momento, foi mesmo preciso nomear uma comissão para proceder ao inventário de tudo aquilo que tinha sido feito, de modo que se tivesse uma ideia de qual era o ponto da situação.

Feito este trabalho, e depois de uma análise mais definitiva do assunto, com a colaboração da administração, naturalmente, foi possível fazer, em primeiro lugar, uma opção por uma tecnologia. E a tecnologia por que se optou foi a central incineradora. Isso mesmo comunicaram os municípios ao Governo, se não estou errado, em Março ou Abril de 1991, e cerca de um mês depois, por despacho conjunto dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente e Recursos Naturais, foi criada uma equipa, a nível do Governo, contendo um representante das autarquias, que ficou encarregada de elaborar uma proposta para a questão do financiamento da central de incineração da Área Metropolitana do Porto.

Essa proposta foi extremamente original do ponto de vista da engenharia financeira, porque é uma proposta que relaciona o volume de resíduos sólidos tratado com o custo a que vai ser processada a tonelada de resíduos sólidos. E com um montante de financiamento a fundo perdido que será concedido, já que de alguma maneira se assumiu imediatamente que haveria um financiamento a fundo perdido para este investimento. Até porque é um investimento cujo valor global rondará os cerca de 15 milhões de contos e é sabido que naturalmente as autarquias não teriam capacidade, por si sós, de levar a cabo este investimento.

Na sequência desse trabalho, ficou claro que seria aberto um concurso público, no qual as empresas apresentariam as suas propostas, equacionando, como dizia há pouco, o custo de processamento da tonelada de lixo ao montante de financiamento a fundo perdido.

O relatório do grupo de trabalho foi aprovado ainda em Setembro de 1991 pelos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente e Recursos Naturais e de então para cá o Governo tem estado a aguardar que seja aberto o concurso para depois poder tomar decisões quanto ao montante de financiamento a fundo perdido que deve ser concedido.

Portanto, diria que a questão da abertura do concurso é, com é obvio, uma questão da responsabilidade dos municípios e a eles compete levar a cabo a abertura do concurso. Informalmente, todavia, temos conhecimento de que as questões centrais não se resolvem com o acto administrativo da abertura do concurso. Obviamente, é no essencial com a localização da central de incineração e na questão da localização do aterro sanitário, que também tem de existir para dar apoio a essa central. Gostaria de dizer que esta central de incineração, nos termos do projecto existente, implicará qualquer coisa como a produção de 10 MW de energia, produção energética essa que naturalmente virá a diminuir o custo do processamento da tonelada de lixo e por conseguinte a diminuir o ónus sobre as populações servidas.

Trata-se, pois, de uma situação em que as autarquias têm, a muito curto prazo, de tomar decisões sobre a localização. Penso que terá havido alguma indicação no sentido de que teria sido tomada uma decisão, mas informalmente temos tido conhecimento que a decisão tomada não colhe o consenso das autarquias envolvidas e, portanto, esperamos que as câmaras, tranquilamente, tomem a decisão, tendo presente que cada dia de atraso significa uma diminuição do custo de oportunidade do investimento, que significa ainda um agravamento de custos, bem como que se continua a prestar um mau serviço às populações, sobretudo aos moradores dos concelhos de Valongo e de Gondomar, que são os mais afectados pela situação degradante que ali se vive.

Aplausos do PSD.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, é só para dizer a V. Ex.^a que fui durante quatro anos membro do conselho administrativo da LIPOR, na qualidade de vereador da Câmara do Porto, e que, oportunamente, farci uma intervenção sobre este assunto, uma vez que quer a pergunta do Sr. Deputado José Puig quer o esclarecimento do Sr. Secretário de Estado dos recursos Naturais, em vários domínios, não corresponderam exactamente à verdade dos factos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa anota a sua informação.

Para fazer a pergunta ao Governo, relacionada com os acontecimentos registados no dia 11 do corrente mês na localidade de Pernes, concelho de Santarém, e a intervenção da GNR, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna: Há mais de 10 anos que as populações ribeirinhas do Alviela protestam contra a situação de marginalização em que se encontram, resultante das penalizações económicas e sociais a que estão sujeitas por força da degradação ambiental crescente do rio Alviela, e reivindicam do Estado e do Governo as responsabilidades constitucionais que lhes cabem.

Ao longo destes anos, têm passado por aquela região do nosso país primeiros-ministros, ministros e secretários de estado, carregados de promessas e de boas-vontades, mas o facto é que a situação não tem deixado de se agravar.

Depois de múltiplas tentativas, incluindo boicotes eleitorais para demonstrar a sua indignidade pela situação, já este ano, vários autarcas da região deslocaram-se à Assembleia da República e ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, onde lhes foi prometido que, no próximo Verão, já poderiam tomar banho no rio Alviela.

Na Assembleia da República, reconhecida mais uma vez a gravidade da situação, a Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente decidiu deslocar-se à região. No entanto, no dia 10 de Março, véspera do dia da visita, por iniciativa do Sr. Presidente da Comissão, esta foi desmarcada. No dia 11 de Março, cinco Deputados, por iniciativa pessoal, deslocaram-se à região e foram recebidos na Junta de Freguesia de Pernes, onde a população se concentrou para protestar pacificamente contra a não ida da Comissão e para manifestar a sua indignação pelo alheamento do Governo relativamente à poluição do Alviela.

Quando decorria a concentração, sem qualquer razão que o justificasse, chegou ao local uma força da GNR composta por mais de uma dezena de guardas. Apesar de não ter havido qualquer intervenção, pois a situação não o justificava, não deixou de ser profundamente lamentável a presença intimidatória, e até provocatória, da força da GNR — só pela sua presença, naturalmente.

Mas a situação ultrapassou os limites da compreensão num Estado democrático, quando, no dia seguinte, a GNR procedeu, num porta-a-porta, à identificação de cidadãos que tinham participado na concentração do dia anterior, designadamente à dos que tinham utilizado máquinas fotográficas e câmaras de vídeo, não «escapando» o comandante dos bombeiros nem o presidente da Junta de Freguesia de Pernes.

Sr. Secretário de Estado, as questões que colocamos são as seguintes: quem é responsável por estes procedimentos da GNR? O que é que eles significam? É que o comandante local da GNR afirma que recebeu ordens superiores, o comandante distrital diz não ter dado ordens algumas e o governador civil assegura que só pediu a colaboração da GNR, no dia 11, para ajudar à circulação do trânsito.

Será que foi o Ministério da Administração Interna que deu as ordens? Ou foi outra entidade que desconhece os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, consignados na Constituição da República?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (Carlos Encarnação): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitam-me que lhes dirija um cumprimento, muito especialmente a si, Sr. Presidente, já que esta é a primeira vez que venho a esta Casa, nesta legislatura, intervir e responder às perguntas que VV. Ex.^{as} queiram fazer-me.

Sr. Deputado André Martins, a pergunta que me colocou tem uma resposta relativamente simples — V. Ex.^a escolheu-a bem. E isto, porquê? Porque V. Ex.^a falou três minutos, tendo gasto um minuto e seis segundos do seu tempo a descrever uma situação que nada tinha a ver com o problema e o restante minuto e quatro segundos a descrever então aquilo que classifiquei como os problemas ocorridos.

Gostaria, antes de dar uma resposta directa às duas únicas perguntas que fez sobre essa matéria, de tecer três ou quatro considerações sobre o assunto. Em primeiro lugar, quero referir-me à preocupação com aquilo que está na base da manifestação de cidadãos e, daí, a ida de parte da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente da Assembleia da República a Pernes, ou seja, a preocupação com o rio Alviela.

Também estamos preocupados com aquela situação e penso que não haverá nenhum português que não sinta essa preocupação. E disso tem dado conta o Governo. V. Ex.^a sabe tão bem como eu, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pernes sabe-o melhor do que nós, que o Governo já despendeu cerca de 3 milhões de contos com todas as tentativas que fez para despoluir o rio Alviela e que está em curso mais um programa, orçado em 1 milhão de contos, para continuar o mesmo trabalho.

Como vê, não há razão para afirmar que não há preocupação em relação a essa matéria e que não tem havido respostas para o problema. Têm existido, sim, as respostas que são possíveis e que o Governo tem encontrado.

Em segundo lugar, quanto à legitimidade do direito à manifestação, ninguém a põe em causa, Sr. Deputado. Não há nenhum problema quanto ao exercício do direito à manifestação. A manifestação com certeza que é permitida, mas é-o, evidentemente, dentro das regras mínimas que também são exigidas para o seu exercício. E isto, porquê? Porque o direito de manifestação tem sempre de ter em conta a necessidade de evitar que sobre a comunidade recaiam prejuízos que as alterações da ordem ou que o próprio direito de manifestação provoquem na ordem jurídica ou na esfera de interesses de outro conjunto de pessoas.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que do que V. Ex.^a veio aqui falar não foi propriamente de nenhuma actuação violenta das forças de segurança. Pelo que sei, e por aquilo que V. Ex.^a disse hoje na sua intervenção, não houve violência, não houve abuso, não houve senão uma actuação serena e equilibrada das forças de segurança. E, porquê, Sr. Deputado? Por uma razão simples: o único problema que fez intervir as forças de segurança foi a existência de um corte de estradas. V. Ex.^a sabe que essa foi a única razão pela qual a GNR interveio. E interveio no uso dos seus poderes normais, dentro do espírito da lei e para evitar que qualquer mal maior pudesse surgir em relação a essa matéria.

No fundo, a questão essencial era a de regularizar o trânsito e, depois, a de saber quem eram de facto os responsáveis pelo corte do trânsito que ocorreu naquela localidade. Nada mais. Não se pode aqui, penso, colocar qualquer questão essencial em relação à responsabilidade

da intervenção. Penso que o Sr. Governador Civil também já deu, a nível local, todas as explicações necessárias em relação a essa matéria, designadamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Portanto, a pergunta que o Sr. Deputado aqui fez ao Governo não tem uma resposta difícil ou complicada. V. Ex.^a veio dar conta da sua preocupação e eu, da minha parte, penso que dei conta daquilo que era a verdadeira intenção que esteve subjacente a este incidente e também de que realmente nada aconteceu de grave que motivasse sequer uma preocupação mais profunda da sua parte.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que, pela primeira vez, temos um Secretário de Estado que vem à Assembleia da República com um cronómetro, para verificar a forma como os Deputados utilizam o seu tempo. Esta é uma novidade deste Governo!

De facto, como disse, a resposta à pergunta era simples, porque, na realidade, o Sr. Secretário de Estado não respondeu às perguntas que lhe fiz. Só que gostaria que V. Ex.^a o fizesse.

O Sr. Secretário de Estado disse que o Governo está preocupado com o rio Alviela, que investiu 3 milhões de contos e que vai investir mais 1 milhão de contos. Decerto desconhece a situação em que se encontra o rio Alviela, as condições em que aquela população vive e os riscos de saúde que correm, para além dos problemas económicos e sociais que estão subjacentes a toda esta situação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E o que verificamos, relativamente ao rio Alviela, é que, de ano para ano e de dia para dia, continua a acentuar-se a sua degradação.

Quanto aos investimentos feitos pelo Governo, parece que foram malbaratados dinheiros públicos, porque a situação do rio Alviela tem sido profundamente agravada ao longo dos anos.

Outra questão que quero colocar-lhe — e agradecia que respondesse às que pus inicialmente — é a seguinte: a razão por que a GNR não interveio não terá sido somente pelo facto de a população que lá estava não ter permitido que houvesse qualquer intervenção? É que podemos ser levados a pensar que os propósitos da sua ida para aquele local eram no sentido de provocar situações para as quais não havia justificação.

Quero ainda dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que esta forma de actuação do Governo não é novidade. Como sabemos, já noutras ocasiões o Governo não cumpriu com as tarefas fundamentais que lhe estão cometidas, nomeadamente na Constituição da República, relativamente a problemas de ambiente e de que são exemplos situações graves, como o caso de Valpaços.

Ora, lamentamos que o Governo, nestas questões do ambiente, pretenda resolver os problemas, por falta de capacidade para o fazer como devia, mandando a GNR para confrontos com as populações.

O Sr. Secretário de Estado diz que a GNR foi fazer o levantamento de quem impediu o corte da estrada. Mas certamente existem reportagens em vídeo que demonstram que a estrada não foi cortada — isso é fácil de verificar e,

se a GNR lá estava, certamente que poderá dar essa informação.

Agora, outra questão que quero colocar-lhe é a seguinte:...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar já, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, então foram só os fotografos que cortaram a estrada? Foi o presidente da junta de freguesia, foi o comandante dos bombeiros? Sr. Secretário de Estado, alguma coisa não está bem!

Portanto, queremos saber como é que o Ministério da Administração Interna assume esta responsabilidade de intimidar as populações quando elas exercem os seus direitos, direitos esses que estão consignados na Constituição.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna: — Sr. Deputado, peço-lhe muita desculpa, porque realmente fui rigoroso demais ao ter medido o seu tempo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas isso é um hábito antigo que me ficou de Deputado — e não é só dessa altura — e é também para tentar aproveitar e dar valor ao tempo. Mas como entendi que a sua preocupação, tão fundamental, tão essencial, constava da parte da sua intervenção em que gastou menos tempo, permiti-me reconhecer-lhe isto. Aliás, deixei, de propósito, para o fim a resposta às perguntas que incomodavam o Sr. Deputado; eu sabia que V. Ex.^a teria outra possibilidade de intervir.

Em primeiro lugar, devo dizer que é difícil esclarecer quem não quer ser esclarecido, porque em grande parte da sua segunda intervenção V. Ex.^a acabou por repetir o que tinha dito na primeira e até já tinha sido comentado na minha primeira resposta. É evidente que tenho muita dificuldade em dizer-lhe outra vez a mesma coisa. Todavia, vou dizer-lhe que a GNR não provocou, não abusou, não exerceu violência! E digo-lhe isto novamente porque parece que V. Ex.^a não ficou suficientemente esclarecido da primeira vez e convirá que o compreenda de uma vez por todas.

Em segundo lugar, não posso responder, eventualmente, às suas dúvidas em relação aos propósitos da intervenção. Com certeza, V. Ex.^a terá motivos próprios para duvidar de tudo, para ter algumas pequenas confusões em relação às intervenções das forças da ordem e eu não posso responder a isso, porque é uma questão que depende do seu foro íntimo.

Agora, o que lhe disse foi, pura e simplesmente, o seguinte: a Guarda Nacional Republicana só interveio, de acordo com o modo como devia ter intervindo e de acordo com quem deveria dar a ordem, para evitar que o corte da estrada, que se realizou durante vinte minutos, tivesse proporções e resultados que afectassem todo o trânsito da estrada nacional. Foi apenas para isso que a GNR interveio.

Continuo a dizer que V. Ex.^a não tem qualquer razão para estar preocupado com isso. Tem razão, sim, como é evidente, para estar preocupado com o que acontece em

relação à poluição do rio Alviela. Acompanho a sua preocupação! V. Ex.^a terá, com certeza, razões para estar preocupado e para tentar exigir mais da parte dos poderes públicos e do poder local, a fim de ambos colaborarem na solução da questão.

Tem, com certeza, razão nesse aspecto, mas não foi isso que me trouxe aqui. Foi uma outra questão que V. Ex.^a colocou e que não conseguiu convencer a Câmara, nem ninguém, de que tinha motivos de fundo para estar preocupado e condenar uma intervenção das forças de segurança.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas relativamente às dívidas às empresas de construção e obras públicas referentes às estradas, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Creio que V. Ex.^a compreenderá a relevância da matéria que resolvi trazer ao Plenário. Pela minha parte, também entendo que o Governo tenha achado oportuno responder hoje a esta questão.

Com efeito, sabe o Sr. Secretário de Estado, e sei eu, que o atraso de pagamentos do sector público administrativo às empresas de obras públicas é uma doença endémica do sector que surge e se declara, com maior gravidade, normalmente a partir de Setembro de cada ano, mas que é menos notada quando as dotações de alguns organismos públicos são «refrescadas» com os meios financeiros atribuídos no início de cada exercício.

Num regime de direito é fundamental, é mesmo decisivo, que o Estado se comporte, e se comporte sempre, como uma pessoa de bem.

O Estado, sobretudo a sua componente central, nomeadamente nos últimos anos, não tem em relação a este sector produtivo um comportamento de pessoa de bem. Reconhecê-lo-á, seguramente, V. Ex.^a

No fim do ano, a Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas avaliava em cerca de 20 milhões de contos as dívidas da administração central aos empreiteiros. As empresas chegaram a atrasar e até a suspender obras com o objectivo de pressionar o Estado.

Por esta mesma altura, a Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul concluiu, no inquérito de conjuntura que regularmente publica, e que é apoiado pela Comunidade Europeia, que 83 % das 3000 empresas inquiridas consideravam o atraso de pagamentos da Administração Pública o factor mais negativo para o seu desenvolvimento e mesmo para a sua sobrevivência.

As dívidas, neste caso, seriam dos 8 milhões de contos. Quer num quer noutro caso, verifica-se a agravante de estes números virem sistematicamente a crescer nos últimos anos, se compararmos, naturalmente, inquirições feitas em períodos homólogos.

Os principais responsáveis por esta situação têm sido, ao nível do poder central, a Junta Autónoma das Estradas e o Ministério da Educação e, ao nível do poder local, especialmente os municípios, cujos meios financeiros cada vez mais dependem do poder central.

A própria Junta Autónoma das Estradas tem reconhecido oficialmente não só o esgotamento das verbas, o que seria uma redundância, mas sobretudo a insuficiência

crónica das dotações, o que pode ser uma má opção política e é seguramente um logro para o sector produtivo.

Esta situação é tanto mais chocante quanto se agravou exactamente no último ano, na sequência da política eleitoral do Governo de construção de obras públicas, com a aceleração de prazos de execução e o consequente aumento de custos. Este é, aliás, um excelente negócio para o Estado.

Como sabemos, o Estado apenas paga juros de mora calculados à volta da taxa básica de descontos do banco central, ou seja, cerca de 15 %, enquanto as empresas têm de financiar-se no sistema bancário a taxas médias superiores a 20 %.

Temos, pois, e por esta via, mais um exemplo de que, no nosso regime de direito, o Estado não se comporta como uma pessoa de bem.

Apesar de uma certa acalmia verificada neste momento, o que, aliás, justifica, como disse, a disponibilidade do Governo para se sujeitar às perguntas, não me parece que o futuro possa ser encarado com tranquilidade.

Com a recuperação dos atrasos, uma boa parte das dotações deste ano estão já comprometidas e, por outro lado, a dotação do PIDDAC — que se traduz em empenhadas de obras públicas —, manifestamente, não é suficiente para o volume de obras em curso e a lançar durante o ano.

A tudo isto se junta a alteração do regime fiscal; nomeadamente no que respeita ao IVA, que induzirá directamente dificuldades acrescidas para as empresas do sector e o agravamento da situação financeira das autarquias, que acabará por se repercutir no seu ritmo de pagamentos.

É, pois, esta uma situação que deve merecer da parte do Governo uma atenção especial.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termina, já, Sr. Presidente.

O problema do atraso de pagamentos da Administração Pública às empresas de obras públicas, independentemente da avaliação quantitativa feita em cada momento, é um problema que revela características endémicas, portanto, sistémicas e estruturantes. Como tal, exige soluções e respostas estratégicas adequadas. É o anúncio dessas soluções e a formulação das respostas que pretendemos do Governo.

O sector das obras públicas, pela sua importância económica e social, não pode ser um contribuinte líquido do Estado, pela via da fiscalidade, e do sector financeiro, pela via da política monetária. Sobretudo, não pode nem deve ser um instrumento de política eleitoral e de gastos incontroláveis e socialmente inadequados.

Pergunto-lhe, pois, Sr. Secretário de Estado, qual o valor das dívidas do sector público administrativo às empresas de obras públicas — que é actualmente da responsabilidade do seu Ministério — e, sobretudo, se assegura que as dotações orçamentais são suficientes para cumprir todos os compromissos assumidos pelo Estado para o ano em curso?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Álvaro Magalhães): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel

dos Santos, devo começar por esclarecer uma afirmação sua, porque, ainda ontem, em conversa com o secretário-geral da ANEOP, ele me esclareceu que, quando dizia que havia uma dívida de 20 milhões da administração, no fim do ano, não se referia unicamente à administração central, mas a toda a administração, incluindo a regional. Dizia ele, e julgo que será verdade, que desses 20 milhões cerca de metade era da administração local.

Por outro lado, quero também esclarecer que, estando aqui a falar em nome do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, grande parte do sector das obras públicas não está dependente da minha Secretaria de Estado, pois dela apenas dependem a Junta Autónoma de Estradas, os gabinetes dos nós ferroviários e a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Para responder concretamente à sua pergunta, direi que, neste momento, o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa tem dívidas no montante de 1,9 milhões de contos, a Junta Autónoma das Estradas de 2 milhões de contos e o Gabinete do Nó Ferroviário do Porto e a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais não têm qualquer dívida.

A dívida da Junta Autónoma das Estradas pode parecer uma dívida elevada, mas, efectivamente, não o é, porque representa uma pequena parte dos seus compromissos, que, em termos de PIDDAC, atingem 77,8 milhões de contos e, em termos de despesas correntes — que também são utilizadas em conservação e, portanto, também representam pagamentos aos empreiteiros de obras públicas —, são da ordem dos 7,5 milhões de contos, num total de perto de 85 milhões de contos. Trata-se, assim, de uma dívida normal, que é inferior a 10 %, ou seja, a um mês de pagamentos, podendo considerar-se a situação perfeitamente normalizada.

Devo reconhecer que nos finais do ano de 1991 houve algumas dificuldades, que foram justificadas pelo recebimento, um pouco atrasado, de algumas verbas que estavam destinadas ao Ministério, o que foi regularizado no fim do ano. De qualquer forma, as dívidas existentes tinham uma justificação, que era do conhecimento dos empreiteiros.

Este foi um ano de seca e, quando tal acontece, não é só mau para a agricultura, também é mau para as obras públicas em termos de pagamentos, embora sendo bom para a sua realização. Nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, e mesmo Setembro, que normalmente são chuvosos, não caiu qualquer gota de água, como é do conhecimento público — aliás, é uma catástrofe para a agricultura do Alentejo —, o que levou, efectivamente, a que as empresas de obras públicas pudessem facturar bastante mais do que aquilo que estava previsto.

Foi posto o problema aos empreiteiros de obras públicas de terem de diminuir o seu ritmo de trabalho, porque os Orçamentos do Estado não estão preparados para anos extraordinários, ou, então, de continuarem a trabalhar naquelas condições. A posição deles foi clara, julgo que com benefícios para ambas as partes.

Referindo-me agora ao ano de 1992, devo dizer-lhe que, em minha opinião, as verbas serão suficientes, salvo se, efectivamente, se continuar a verificar um ano de extrema seca. Nessa altura, teremos de rever a nossa posição, mais uma vez, com as empresas de construção civil, para tomar medidas que possam, digamos, minimizar a situação, pondo-as perante este problema: ou as obras continuam, com benefícios para ambas as partes, ou, caso contrário, terão de reduzir o seu ritmo de trabalho.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: Aproveito para o cumprimentar e agradecer as informações que deu, e devo dizer que confirmou, no fundo, o que disse.

Eu e as associações sabemos perfeitamente — porque, como é natural, contactamos uns com os outros e o Sr. Secretário de Estado também o fez, e tem perfeita legitimidade para isso — que a situação se alterou substancialmente desde Setembro até agora. Mas a pergunta que lhe faço é se a partir de Setembro ou, melhor, de Agosto, porque, em cada ano que vai passando, vamos antecipando um mês as dificuldades neste domínio, não iremos ter a mesma situação? E de algum modo V. Ex.^a, não o confirmando, também o não negou. Estou convencido de que é do seu convencimento íntimo que iremos ter uma situação de dificuldade e é fácil chegar-se a essa conclusão.

Penso que V. Ex.^a concordará comigo se eu lhe disser que, por exemplo, o PIDDAC tem de ser uma referência essencial para a indústria das obras públicas, para as empresas de obras públicas. Portanto, hoje, em Portugal, felizmente, evoluiu-se bastante em termos de gestão empresarial e sobretudo as empresas de obras públicas, até porque há uma forte concorrência estrangeira, como V. Ex.^a sabe — é um problema a que já irei um pouco mais à frente —, têm de ter os seus referenciais, para organizarem a sua vida, fazerem os seus investimentos, etc.

Se pegarmos nos vários PIDDAC de anos anteriores e tentarmos saber de quanto é que seria o PIDDAC normal para 1991, face aos compromissos assumidos plurianualmente pelo Estado em anos anteriores, teríamos de chegar à conclusão de que seriam 450 milhões de contos. Foi, portanto, com esta verba que, em princípio, a indústria de construções de obras públicas contou, mas o PIDDAC para 1992 não é de 450 milhões de contos, como seria se o Governo assumisse os compromissos com que foi, digamos, acenando eleitoralmente ao longo dos anos anteriores, mas apenas de 310 milhões de contos, com a agravante de nem sequer ser de 310 milhões de contos porque, desta vez, há que deduzir a este quantitativo não 8 %, mas sim 16 %, como V. Ex.^a sabe.

Portanto, é natural que a situação se venha a agravar no final do ano, até porque, volto a dizer, assistimos hoje a uma forte introdução de interesses estrangeiros neste domínio.

Lembro-lhe que o sector de construção de obras públicas é um dos sectores importantes da vida económica portuguesa que não teve um apoio específico das Comunidades, aliás, com o argumento de que a nossa integração na CEE e a concretização do Quadro Comunitário de Apoio iriam criar um amplo mercado para o sector das obras públicas, pelo que não era necessário ajudá-lo. Mas, realmente, com as dificuldades que o Estado tem criado a estas empresas, o que verificamos é que são realmente empresas do exterior que têm vindo, cada vez mais, a assumir quotas significativas do mercado nacional, o que é preocupante, e V. Ex.^a concordará comigo.

Penso que a pergunta que vou formular não deverá ser dirigida directamente a V. Ex.^a, mas seria importante, neste contexto, termos um conhecimento mais rigoroso dos níveis de execução do Quadro Comunitário de Apoio, porque isso é muito importante para esta indústria e os elementos oficiais que conhecemos são verdadeiramente desanimadores, uma vez que apontam para um cumpri-

mento da ordem dos 60 %. Fala-se agora que as coisas terão melhorado e que estaremos numa fasquia de 70 %, mas isto é, efectivamente, desanimador.

Como está acordado entre mim e o Governo, ao que parece, voltaremos a este assunto no contexto do Ministério da Educação e também da problemática das autarquias, porque, realmente, também há aqui uma questão muito importante que diz respeito às autarquias; aliás, se calhar, a mais importante. Mas isso tem a ver com o financiamento do próprio poder local e das autarquias e, portanto, parece-me que já sairá um pouco do âmbito da questão que lhe posso colocar neste momento.

De qualquer modo, era sobre estas questões que gostaria de ouvir o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel dos Santos, concorda comigo que, neste momento, esta situação está perfeitamente normalizada com a indústria.

As justificações que dei para a situação que se passou no final do ano são perfeitamente claras, mas, efectivamente, esqueci-me de um pormenor: é que as empresas também estavam a viver uma situação difícil, que o Sr. Deputado apontou, que provinha do facto de os concursos estarem a fazer-se a preços extremamente baixos.

O Estado reconheceu isso e fez publicar uma portaria, precisamente para defender as empresas, que aumenta os preços extremamente baixos dos concursos, procurando, assim, que os preços pagos aos empreiteiros fossem os mais justos, o que não estava a acontecer.

Essa foi também uma das razões pela qual as empresas no fim do ano estavam numa situação efectivamente complicada, porque grande parte das obras estavam a ser entregues, sem serem pagas, a preço abaixo do custo, o que, efectivamente, estaria a colocar a indústria numa situação difícil. Mas esse problema está resolvido e julgo que este ano as empresas estarão numa situação bastante diferente nessa matéria.

O Orçamento do PIDDAC deste ano é bastante mais elevado, apesar de conter o aumento do IVA, mas, mesmo assim, é bastante mais elevada. As obras estão programadas e, como referi, não vejo qualquer razão para, este ano, as empresas se preocuparem, a não ser que o próximo ano também seja de seca, o que já seria catastrófico para o País e não apenas para as empresas de obras públicas. Mas parece-me que a probabilidade de isso suceder é perfeitamente despreciable.

Portanto, sobre essa matéria, tenho a dizer-lhe que estou muito optimista, porque as verbas previstas no PIDDAC e as orçamentadas na Junta Autónoma das Estradas para a conservação das estradas são plenamente suficientes para as obras que estão previstas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontra-se a assistir, nas galerias, um grupo de alunos das Escolas Secundárias dos Carvalhos, de Soure, de Santo Tirso, de Tavira e de Fafe, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Para formular uma pergunta ao Governo sobre a atitude deste em relação à seca, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que o Governo partilha da nossa preocupação em relação à seca. Mas, infelizmente, no sector agrícola, uma desgraça nunca vem só.

No ano passado, os produtores perderam cerca de 11,6 % da sua produção. Esta já tinha começado a baixar e o Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar, aqui presente, conhece bem as produções em sequeiro e sabe que não tinham qualquer viabilidade.

Após a integração, em vez de dar prioridade à alteração da produção a nível nacional, executando, acima de tudo, um plano de aproveitamento dos recursos hídricos nacionais, o Governo, para aguentar a «clientela», foi aguentando a velha agricultura.

Ainda não nasceu a nova agricultura, que poderia ser concorrencial, pois baseia-se num clima mediterrânico, mas não pode ter êxito sem água e sem a garantia da sua existência. Infelizmente, Portugal vê toda a água que poderia ser aproveitada escoar-se para o mar, porque o Governo não foi capaz de fazer face a essa crise estrutural do sector. Agora, a esse grande problema, junta-se-lhe outro — o da seca.

O Sr. Secretário de Estado sabe que os 700 000 ha de culturas de sequeiro — que incluem trigo, cevada e aveia — semeadas em Portugal não vão ter qualquer produção. Sabe que grande parte desses hectares podiam ser reconvertidos para produções ligadas à horticultura e à fruticultura. Daí que me pareça estranho, Sr. Secretário de Estado, que naquilo em que temos potencialidades para concorrer com os demais países estejamos em queda vertical.

No ano passado, em Portugal, essa queda foi de 16,3 % na produção de vegetais, o que significa que, ligada a essa crise, aparece a da seca, que, no fim de contas, vem antecipar os graves problemas com que o sector se vai debater, principalmente a partir de 1995.

Sei que o Sr. Secretário de Estado é alentejano e nunca compreendi porque razão não tem uma atitude de revolta dentro do seu próprio Governo em relação à política seguida para toda a zona alentejana. Não nos podemos esquecer de que é um terço de Portugal que está a ficar completamente abandonado e que, a partir de 1995, esta região não terá condições para produzir quase nada, a não ser contadas de caça para o Sr. Secretário de Estado e outros se poderem entreter no Alentejo.

Um agricultor estrangeiro fez uma experiência no Alentejo que demonstra a capacidade desta região para produzir horticultura e de competir nos mercados internacionais. É uma boa experiência, pelo que aconselho o Sr. Secretário de Estado a visitá-la, a estudá-la e a generalizá-la nessa mesma região.

A seca que Portugal atravessa tem consequências que, neste momento, como o Sr. Secretário de Estado sabe, não podemos determinar com exactidão. Já está em risco a pecuária, bem como todas as culturas de sequeiro. Ou seja, mais de 1 milhão de hectares de solo nacional, neste momento, está afectado pela seca — cerca de 700 000 de culturas de sequeiro e 300 000 ha de milho e de arroz, cuja área de cultivo irá diminuir devido à falta de água.

O Governo anunciou que iriam ser tomadas algumas medidas e eu gostaria que o Sr. Secretário de Estado me clarificasse o seu teor.

Que critérios vão ser seguidos para a distribuição dessa ajuda? Ela será concedida através de linhas de crédito bonificado ou a fundo perdido?

A ajuda aos produtores será feita por hectare, no caso das culturas de sequeiro, e por cabeça de gado a nível do efectivo pecuário? Nesse caso, que valores vão ser atribuídos por hectare e por cabeça de gado?

Também gostaria de saber como é que o Governo vai fazer chegar a ajuda para a alimentação dos efectivos pecuários à própria produção.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, como é que vai processar-se a forma de intervenção no mercado das carnes e que preços vão ser pagos à produção?

O que vai o Governo fazer em relação aos trabalhadores rurais?

Que medidas vai tomar em relação aos bombeiros no que diz respeito ao abastecimento de água aos animais e às pessoas?

Que posição vai o Governo tomar em relação ao Regulamento n.º 797/CEE, uma vez que os produtores que fizeram investimentos não podem, neste momento, vender os efectivos pecuários para não serem obrigados a reembolsar o IFADAP?

Está o Governo disposto a declarar...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já gastou o dobro do tempo de que dispunha. Peço-lhe para concluir imediatamente.

O Orador: — Sr. Presidente, são só mais dez segundos.

Está o Governo disposto a declarar algumas zonas como sendo de calamidade pública?

Vai criar uma comissão de acompanhamento em que estejam representadas as câmaras municipais, todas as associações de agricultores, o Ministério da Agricultura e os sindicatos rurais?

Irá, no final deste processo, publicar um relatório que nos permita ter a noção sobre a forma de atribuição dos dinheiros e saber, simultaneamente, se não houve desvios a nível financeiro?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar.

O Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar (Luís Capoulas): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A sua intervenção, Sr. Deputado António Campos, focou dois aspectos, um dos quais sobre política agrícola geral. Em relação a esta matéria não vou pronunciar-me, não só porque no próximo dia 9 haverá uma interpelação ao Governo, onde estarão presentes os Srs. Ministro da Agricultura e Secretário de Estado da Agricultura, que responderão em conformidade às questões que suscitou, mas também porque o momento não é propício a aproveitamentos políticos, venham eles de onde vierem, sobre uma situação que é dramática para muitos agricultores alentejanos, que pretendem medidas que dêem

resposta às suas necessidades e não especulação, a qualquer título, sobre o dramatismo da situação em que vivem.

Bom, se quer saber a atitude do Governo perante esta matéria, caracterizo-a em duas palavras: solidariedade e rigor. Solidariedade, porque conhecemos bem aquilo que se passa no terreno e as dificuldades de muitas populações agrícolas, designadamente no Baixo Alentejo e noutras zonas do interior do País; rigor, porque temos consciência de que o País não vai poder suportar todos os prejuízos decorrentes da seca.

Assim, temos de ter a lucidez de ver que apenas podemos atender às situações mais difíceis, às zonas mais atingidas, procurando, com eficácia, canalizar os meios disponíveis para salvaguardar o essencial.

Neste sentido, na reunião de Conselho de Ministros, no passado dia 19, o Governo definiu cinco objectivos que passo a enunciar.

Primeiro, salvaguardar os efectivos pecuários reprodutores e evitar a derrocada dos preços; segundo, manter, tanto quanto possível, a funcionalidade das explorações agrícolas e suportar o investimento realizado; terceiro, apoiar o relançamento da actividade agrícola na campanha 1992-1993; quarto, evitar a eclosão de maior número de fogos florestais, antecipando a época de prevenção e vigilância, e quinto, assistência a situações sociais de emprego mais graves.

A consecução destes objectivos tem de ser balizada por alguns critérios, tanto quanto possível, também objectivados, desde logo, a equidade na afectação de recursos entre os sectores produtivos mais afectados, o equilíbrio entre os objectivos a atingir, a selectividade, definindo zonas, explorações agrícolas e sectores mais atingidos, numa postura de diálogo e de articulação com as organizações agrícolas.

Além disto, estamos já a diligenciar e a apelar à solidariedade da Comunidade.

Assim, para além de uma carta já dirigida, há 15 dias, pelo Sr. Ministro da Agricultura ao Comissário Europeu da Agricultura, hoje mesmo, em Paris, estão a ser estabelecidos contactos com o mesmo Comissário e na próxima segunda-feira, na reunião do Conselho de Ministros da Agricultura, será feita uma primeira exposição sobre a situação da agricultura no interior do País, estando em preparação um programa operacional que prevê uma comparticipação da Comunidade Europeia em 75 % para ajuda aos agricultores mais afectados.

Quanto às medidas, e vamos também procurar ser objectivos, porque o tempo urge e as respostas têm de ser rápidas, também aqui, posso dizer-lhe que algumas delas, pela sua urgência, foram já tomadas. Aquilo que, efectivamente, não pode esperar é o acorrer-se à dificuldade da alimentação e do abeberamento animal, porque os prejuízos nas searas e noutras culturas serão sentidos pelos agricultores mais tarde, na época das colheitas, pelo que teremos tempo para preparar e regulamentar as medidas com rigor, por forma a evitar desvios inadequados destas disponibilidades financeiras.

As medidas que já estão em curso são, desde logo, a antecipação da declaração de culturas de cereais para permitir que relativamente às searas já perdidas, e por opção livre do próprio produtor, elas possam ser pastoreadas pelo gado sem prejuízo de eventual compensação que venha a ser atribuída aos produtores de cereais.

Uma segunda medida, que já foi tomada e está em aplicação, é a antecipação do pagamento de algumas ajudas comunitárias para acorrer à situação dos bovinos e

ovinos e subsídio de gasóleo para as zonas mais críticas, de forma que os agricultores mais atingidos possam, desde já, comprar alimentação animal para sustentarem o seu efectivo pecuário.

Outra medida, já decidida e que brevemente será anunciada, é a de apoio de 40 000\$ por hectare à produção de forragens nas zonas de regadio, uma vez que estas consomem menos água.

O Sr. António Campos (PS): — A fundo perdido?

O Orador: — De facto, não vai haver, em algumas zonas, possibilidade para produzir arroz, tomate ou outras culturas, que necessitam de mais água, e, então, poderão produzir-se forragens, pelo que vai ser dado este incentivo.

Uma quarta medida é a do apoio à abertura de furos para captação de água e sua distribuição às populações através do Serviço Nacional de Protecção Civil e do Exército.

A quinta medida tomada é a de antecipação da campanha de prevenção dos fogos florestais.

Para além destas medidas, está em preparação um programa operacional, que já há pouco referi, do qual constam basicamente algumas medidas, que passo a enunciar:

- 1.ª A acção de suporte ao mercado da carne de ruminantes, através de um controlo das importações de carne, criando condições internas para o escoamento dos efectivos, designadamente de refugo ou dos produtos pecuários que tiverem de ser abatidos;
- 2.ª O apoio directo aos produtores de ruminantes para acesso a alimentação animal, através de um suplemento dos prémios comunitários aos produtores pecuários;
- 3.ª A suspensão do MCA do figo forrageiro, para que possamos ter acesso a matérias-primas mais baratas, além da transferência de cereais forrageiros de origem comunitária;
- 4.ª A ajuda por hectare à produção de cereais, porque, como o Sr. Deputado sabe, os produtores de cereais portugueses beneficiam de uma ajuda co-financiada pela Comunidade e pelo Estado Português, que tem sido atribuída por quilograma. Ora, este ano, como em muitas zonas não vai haver produção estamos a tentar que esta ajuda seja concedida por hectare e a fundo perdido;
- 5.ª A autorização da categoria 3 para os nossos frutos e produtos hortícolas durante este ano, porque em algumas regiões, atendendo à falta de precipitação ou à sua redução, o calibre médio dos frutos vai ser mais reduzido e, portanto, temos de ter acesso à categoria 3 em termos de mercado, assim como à bonificação ao preço de retirada pelos agricultores;
- 6.ª A antecipação da data de cobertura dos riscos de geadas com reforço da bonificação de seguros de colheita para atender a estas situações de avanço de algumas culturas, designadamente da produção de frutos;
- 7.ª O accionamento de medidas especiais de protecção ao emprego.

Para além destas medidas, existem mais duas de carácter financeiro que visam fundamentalmente os segundo e terceiro objectivos, que há pouco enunciei: uma moratória de um ano com

bonificação de taxas de juro sobre os empréstimos em curso e um crédito de campanha bonificado para o relançamento da actividade agrícola em 1992-1993.

Creio que com este pacote de medidas podemos, efectivamente, salvaguardar o essencial e criar condições de estabilidade mínima ao tecido económico produtivo destas regiões do interior, que, por serem muito débeis, só poderão resistir a esta calamidade se houver um suporte conveniente e uma expressão transparente e eficiente da solidariedade nacional.

De facto, solidariedade é aquilo que o País pode oferecer aos agricultores mais atingidos e rigor é aquilo que se exige para que a expressão dessa solidariedade seja afectada convenientemente.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Secretário de Estado, compreendo que esteja em dificuldades em face da análise da política agrícola do Governo, de que faz parte, mas, insisto, o Sr. Secretário de Estado deve ter na consciência algum peso em relação ao sofrimento existente hoje no mundo rural.

Assim, penso que a primeira questão que teria ficado bem ao Sr. Secretário de Estado focar não era apelar à solidariedade, mas penitenciar-se por aquilo que acontece no Alentejo. Continuo a insistir, desde que Portugal se integrou na Comunidade, que o primeiro objectivo do Ministério da Agricultura deveria ser o de negociar o plano de aproveitamento hídrico nacional não só do Alentejo, que está em dificuldades, mas também de Trás-os-Montes e de algumas zonas do interior, onde todos esses problemas podem ser resolvidos.

Como o Sr. Secretário de Estado sabe, num clima mediterrânico, em que há uma irregularidade de quedas pluviométricas, em que a maior riqueza que temos é o Sol, se não juntarmos o Sol com a capacidade hídrica, o nosso sector agrícola não terá capacidade concorrencial. De facto, a agricultura dos cereais de sequeiro está em risco e desaparecerá a partir de 1995.

Ora, porque já se encontra no Governo há anos e tem tido a solidariedade da Comunidade para todos os investimentos no sector, já devia ter feito a mudança estrutural. É que aquilo por que passamos hoje é por culpa de o Governo não ter capacidade de mudança.

A segunda questão que gostaria de colocar, Sr. Secretário de Estado, prende-se com o plano que apresentou, pois continuo sem lhe encontrar algum rigor. Eu explico.

Quando o Sr. Secretário de Estado falou em algumas medidas a tomar em relação à questão dos efectivos pecuários, e estou de acordo com a maior parte delas, não me respondeu ao essencial. Preciso de saber qual o tipo de intervenção, pois, como sabe, vai haver um excesso de abate de gado. Perguntei-lhe, então, qual era o preço de garantia à lavoura, porque não basta, neste momento, o simples controlo das importações, uma vez que grande parte dos efectivos necessita de ser abatida.

Fiz-lhe a pergunta em relação a todos os agricultores mais evoluídos, principalmente os jovens agricultores que, em resultado do Regulamento n.º 797/CEE, estão durante cinco anos impossibilitados de venderem os seus animais.

Mas se eles não têm alimentação para lhes dar, então o que é que o Governo vai fazer em relação a esse compromisso que tinha com os agricultores? A isso, o Sr. Secretário de Estado não respondeu.

Gostaria, também, de lhe chamar a atenção para a criação de uma comissão participada que acompanhasse toda a questão das secas, da qual fizessem parte todas as câmaras municipais, todas as associações, os sindicatos e o próprio Ministério.

Perguntei-lhe, ainda, se teríamos a garantia de que o Governo irá fazer um relatório público relativo à distribuição de todos esses benefícios, para que tivéssemos a certeza de que o Governo está a actuar a favor daqueles que estão a ser afectados ou se existem outros processos, que já são habituais na sociedade portuguesa, de os meios serem desviados não para os objectivos para que tinham sido criados.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar.

O Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Campos, na primeira parte do seu pedido de esclarecimento, voltou a insistir em matérias que serão aqui debatidas com o Sr. Ministro da Agricultura no próximo dia 9 de Abril.

Mas, já agora, relativamente ao Alentejo, o Sr. Deputado insiste, sempre, na necessidade de reconversão da sua cultura, o que, aliás, ninguém põe em causa.

A Sr. Helena Torres Marques (PS): — Ninguém?!

O Orador: — Porém, a reconversão de uma extensa área com deficiências estruturais tão graves, como é o Alentejo, é morosa, lenta e progressiva, e o Sr. Deputado, no próximo dia 9, terá aqui números que o elucidarão — verá, então, que o resultado não é zero.

O que também é necessário é tempo. Foi exactamente para isso, para se conceder mais tempo, que foi definido um período transitório — alargado — para a cultura dos cereais, de modo que essa reconversão possa acontecer, designadamente — e concordo consigo — através de um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, matéria esta que não se esgota no Alqueva.

Penso que o pior que pode acontecer ao Alentejo é transformar-se o Alqueva numa bandeira e pensar-se que através dele se resolvem milagrosamente todos os seus problemas. O problema da irrigação do Alentejo não se esgota no Alqueva.

Voltando às questões da seca que, no entender do Sr. Deputado António Campos, ficaram por esclarecer há pouco, nomeadamente a intervenção no mercado da carne.

Como o Sr. Deputado sabe, há um regime de intervenção comunitário no mercado da carne que, no nosso entender, não satisfaz esta situação de emergência. Assim, pensamos que a melhor resposta que podemos dar é procurar que o mercado nacional funcione, que não haja derrocada dos preços e que através do escoamento natural, no mercado nacional, possa haver esse *superávit* de abates.

Quanto aos problemas relacionados com o Regulamento n.º 797/CEE, naturalmente que essa será uma situação a considerar e a acautelar para que os agricultores, principalmente os jovens, que investiram não sejam prejudi-

cados. Pretendemos, pois, que este ano seja considerado um ano zero em termos de responsabilidade ou de compromisso perante a banca.

Relativamente à comissão de acompanhamento, posso informá-lo, Sr. Deputado, que foi já criado, por despacho do Sr. Ministro da Agricultura, um grupo de trabalho que envolve os presidentes e directores-gerais dos principais organismos — aliás, sob a minha coordenação e responsabilidade política — que está a actuar com eficiência, pragmatismo e rapidez para dar respostas necessárias às situações mais delicadas e mais graves.

Se o Sr. Deputado quer politizar esta questão, se quer criar uma comissão onde também entrem outros órgãos e outras instâncias, então não é esse o objectivo do Governo.

O Sr. António Campos (PS): — Da sociedade civil, Sr. Secretário de Estado!

O Orador: — Aliás, esse despacho prevê também uma articulação frequente com as organizações agrícolas, para que elas estejam por dentro e a acompanhar esse processo. Mas o seu objectivo é dar uma resposta rápida e eficiente.

Quanto à transparência, o Sr. Deputado terá, sempre que entenda, todo o acesso às condições de concessão dos subsídios, assim como poderá, futuramente, ter acesso aos resultados ou a um relatório, conforme solicitou, da execução dessas medidas. Queremos transparência, queremos rigor, queremos selectividade, porque essa é a nossa obrigação, uma obrigação de respeito para com as verbas que os contribuintes, na expressão da sua solidariedade, vão pôr à disposição dos agricultores mais atingidos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo relativa aos acordos luso-americano sobre a utilização da Base das Lages, nos Açores, e luso-alemão sobre a utilização da Base Aérea de Beja, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Srs. Deputados: Temos assistido, recentemente, na política externa a alguns inêxitos. Na oportunidade refiro-me à matéria da minha interpelação, isto é, ao acordo entre Portugal e a então República Federal Alemã relativo à utilização da Base Aérea de Beja e ao acordo de defesa celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América relativo à utilização da Base Aérea das Lages.

Já em 1989 tive a oportunidade de me referir, nesta Assembleia, ao acordo luso-alemão, tendo o Governo respondido então, através do seu Secretário de Estado da Cooperação, que estava empenhado em encontrar uma solução, naturalmente positiva, para esta matéria.

Hoje, Março de 1992, e a fazer fé nas notícias que nos chegam, parece que o acordo está em vias de cessar. Assinalamos, assim, um marco novo na história das relações militares luso-alemãs: o fim de uma frutífera cooperação que já remontava há algumas décadas atrás.

Sr. Subsecretário de Estado, constituirá tal facto uma política deliberada do Governo Português ou assistimos tão-só a uma mera retirada alemã? Desejamos saber as razões e consequências desta situação para o País, para os

que trabalham na Base Aérea de Beja e qual é a situação dos últimos dois anos em relação às contrapartidas firmadas entre Portugal e República Federal Alemã.

Entretanto, o Sr. Primeiro-Ministro, ao assumir o actual Governo, sublinhou uma vontade de renovação de relações entre Portugal e os Estados Unidos, apontando uma ideia de estabelecimento, porventura, de um tratado sancionado pelo Congresso americano em substituição dos acordos existentes e a garantir, rigorosamente, o cumprimento de contrapartidas financeiras por parte dos Estados Unidos.

Sr. Subsecretário de Estado, o acordo de 1983 caducou. Vêm a público as notícias mais contraditórias. Não há nem renovação do acordo nem o mencionado tratado. Há, isso sim, anúncios reiterados vindos da parte dos EUA de que cessam os financiamentos da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que termina a ajuda económica aos Açores e que começam os despedimentos na Base das Lages.

A par de tudo isto, as negociações para o desbloqueamento do GATT entre os Estados Unidos e a Comunidade Europeia são feitas directamente entre o Presidente Bush e o Chanceler alemão Kohl sem qualquer intervenção do Presidente, em exercício, da Comunidade, que é, precisamente, o Sr. Primeiro-Ministro de Portugal.

O Sr. Primeiro-Ministro anuncia para breve uma visita aos Estados Unidos — mais uma —, pelo que somos levados a perguntar: o que vai lá fazer? Com que vai voltar? Com o famoso tratado ou com um acordo sem contrapartidas?

Vai voltar com a certidão de óbito da FLAD ou com os despedimentos na Base das Lages? Vai obter equipamento militar moderno ou mais um pacote de material usado e envelhecido, como aconteceu com os anteriores A-7? Ou vai conseguir, com toda a firmeza com que é apresentada aos Portugueses, uma nova posição dos americanos sobre a questão de Timor?

Sr. Subsecretário de Estado, qual é, na verdade, a realidade, o ponto da situação sobre o Acordo de Defesa Luso-Americano, suas contrapartidas e demais situações integrantes do processo: apoio económico, situação laboral, apoio de equipamentos militares?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros para, se assim o entender, responder à pergunta formulada.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Duarte Ivo Cruz): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, também gostaria de deixar a minha saudação muito sincera ao Sr. Presidente e a toda a Assembleia, onde pela primeira vez tenho a honra de usar da palavra.

Vou fazê-lo para me referir a dois assuntos extremamente importantes e prioritários para a política externa portuguesa. São assuntos diferentes, mas que foram abordados sobre um rótulo global de inêxito.

Porém, Sr. Deputado, não creio que assim seja, pois, como digo, são situações completamente diferentes, pelo que tentarei explicar, uma e outra, dentro do grau de informação que poderei aqui trazer, designadamente em relação ao acordo das Lages que está em plena negociação.

Mas, referindo, antes de mais, a situação do acordo da Base de Beja, e pegando exactamente na palavra do

Sr. Deputado, direi que não há, de maneira alguma — nem poderia haver — qualquer intenção da parte do Governo Português de prejudicar um teor global de relacionamento, nos planos político e, especificamente, de defesa, com a República Federal da Alemanha. Isso estaria completamente fora de questão.

O que existe é especificamente um problema ligado a Beja, que foi oportunamente divulgado e em relação ao qual penso que o Governo não poderia ter outra atitude que não fosse aquela que teve. Isto, por razões que cabem à própria política de defesa da Alemanha. O Governo Alemão propôs renovar o acordo, utilizando a Base de Beja para o treinamento de um certo tipo de equipamento que não seria, de modo algum, aceitável. Tanto não era aceitável que se trata de um tipo de exercício cuja prática está proibida no próprio território da Alemanha, devido à poluição sonora e ao prejuízo que acarreta para as populações. Concretamente, estavam previstos exercícios de voos razantes permanentes, de dia e de noite, a 60 m, por aviões *Tornado*. Enfim, são assuntos que são conhecidos e que, efectivamente, foram considerados — e penso que muitíssimo bem — completamente desajustados em relação àquilo que se pretendia com a utilização da Base de Beja.

Como o Sr. Deputado saberá, estava previsto que o acordo vigorasse até 1988 e, como é habitual, incluía uma cláusula de manutenção das condições até ao seu final. A força aérea alemã estará em Beja até Dezembro de 1993. Neste momento, estão a ser negociadas — posso dizer ao Sr. Deputado em muito boas condições — as contrapartidas retroactivas a 1988, em duas *tranches*: uma de 1988 a 1992 e outra de 1992 a 1993. Nessa negociação, o Governo leva em conta, também, a situação dos trabalhadores portugueses afectos à Base Aérea — posso até afirmar que são cerca de 300 — e ligado a isso, também, de certo modo, o problema do destino da infraestrutura imobiliária que os alemães vão deixar.

É uma negociação que está em curso e em relação à qual o Governo Português não tem razões para estar preocupado.

Relativamente à Base das Lages, nos Açores, a situação é completamente diferente e aí temos de reportar-nos a um acordo, que chamaria um acordo clássico, que foi pela primeira vez assinado em 1981, cuja última versão vigorou até ao ano passado e foi assinado em 1983.

Esse acordo, como penso, também é do conhecimento geral e tem duas componentes: uma primeira é de cooperação militar e em relação à qual não vou falar, até porque não há muito que falar, além disso o Sr. Deputado deu a entender que conhece em que termos a negociação está a decorrer no sentido do fornecimento de equipamento; a segunda componente é económica e financeira e está a ser objecto de negociação.

Esta segunda componente está a ser objecto de negociação, porque dentro de um sistema a que chamei de clássico ela traduzia-se por um recurso directo ao *Economic Support Fund* americano, que correspondia, de certo modo, a um perfil de país beneficiário — vamos dizer que Portugal se-lo-fa — de modo completamente diferente daquele com que hoje nos apresentamos a negociar perante os Estados Unidos.

Basta dizer que este ano, em países europeus, o *Economic Support Fund* é apontado, segundo a proposta da Administração Americana — que aliás o Governo Português está a discutir e que contesta —, na Europa, para Chipre, para algum programa de cooperação com a Turquia e para a Comunidade de Estados Independentes.

Isto significa que a Administração Americana, aliás dentro de uma linha que vinha já de há muitos anos atrás e que ia achatando essa componente, propõe a sua substituição por um apoio global de cooperação económica em termos empresariais ou em termos de infra-estruturas que o Governo Português está a discutir, porque entende que, tendo obviamente interesse um tipo de cooperação económica que certamente beneficiará a Região Autónoma dos Açores, é prematuro aplicar imediatamente um sistema que rompe completamente com uma tradição do passado e que poderá, eventualmente, trazer alguns problemas imediatos de gestão.

Portanto, em termos globais, a situação da negociação é esta: não há inêxito, não há rompimento.

Só para terminar queria referir que um anúncio feito pelo Sr. Primeiro-Ministro em relação à negociação de um acordo global vem, exactamente, ao encontro da necessidade de proteger Portugal das oscilações do Congresso Americano relativamente a este tipo de negociação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Miranda Calha, queria agradecer ao Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros os cumprimentos que dirigiu à Mesa e desejar-lhe um bom êxito no exercício das suas altas funções.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Subsecretário de Estado, portanto, para V. Ex.^a inêxito é igual a situações diferentes.

Aliás, não tenho um entendimento diferente em relação a essa matéria porque não posso considerar que sejam êxitos aquilo que se passou em relação à Base de Beja ou em relação aos Estados Unidos da América.

Além disso, o Sr. Subsecretário de Estado não disse concretamente se vai terminar o acordo luso-alemão sobre a Base de Beja. Esta é a questão essencial, porque aquilo que veio a público em relação aos problemas da transferência da Base para o Novo México, nos Estados Unidos, enfim, o Sr. Subsecretário de Estado disse aqui que estavam em curso umas negociações, umas contrapartidas de âmbito militar. Não estava preocupado com os trabalhadores — o que é uma coisa estranha —, visto que há quatro ou cinco anos atrás um seu antecessor no Ministério dos Negócios Estrangeiros disse que estava preocupado e que o Governo Português estava empenhadíssimo em resolver esta questão dentro do interesse de manter a cooperação de Portugal com os Estados Unidos. Mas V. Ex.^a diz-nos que não está preocupado e nem sequer nos diz se, de facto, o acordo vai acabar ou não, já que nos parece que está à beira de terminar.

Assim como à beira de terminar estará, porventura, também o acordo com os Estados Unidos da América. Ainda há dias fomos surpreendidos pela imprensa, quando o Sr. Ministro da Defesa Nacional, por invias ou interpostas informações, não compareceu a um exercício militar na costa alentejana devido à participação de *marines* americanos. Portanto, foi em sinal de protesto quanto à situação das relações entre Portugal e os Estados Unidos que não esteve presente. Grande afirmação de força e de peso em termos da defesa dos interesses nacionais!...

Não sei se isto corresponde à realidade, mas é um facto que o tratado que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou ao País, dentro daquele espírito de rigor com que gosta de habituar

os Portugueses, mas que os Deputados já reconhecem que não corresponde bem à verdade, não está a acontecer.

Por outro lado, esse tratado não só não aconteceu como V. Ex.^a fala agora numa ideia de um acordo global. Mas acordo global para quê?!

Vamos às questões concretas. Há ou não uma troca de cartas em relação à renegociação dos acordos existentes? Qual é a situação concreta em relação a essa mesma cooperação, a essa mesma ligação, a esse mesmo acordo entre Portugal e os Estados Unidos. Esse acordo vai também terminar?

Sr. Subsecretário de Estado, para além disso, fiz-lhe perguntas concretas.

Primeira, qual é a situação das verbas do acordo luso-alemão nos últimos dois anos?

Segunda, em relação aos Estados Unidos, qual é a situação concreta das contrapartidas em relação aos dois ou três últimos anos?

Diga-nos se, definitivamente, vai ou não acabar o acordo com a Alemanha, se está em vias de acabar o acordo com os Estados Unidos da América e se vai também acabar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, uma negociação de um acordo deste estilo não se esgota nas duas cartas de que o Sr. Deputado falou. Se V. Ex.^a se quisesse referir ao número de cartas, de reuniões, de conferências, de contactos que têm sido processados ao longo dos anos — concretamente ao longo do último ano — para esta negociação, diria que corresponde a um trabalho permanente de relacionamento internacional que muitos membros desta Casa conhecem, tão bem ou melhor do que eu, e que, efectivamente, não se trata com esse simplismo.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Pois é precisamente por conhecermos esta Casa que pensamos que as coisas já deviam estar resolvidas.

O Orador: — Portanto, se me pergunta concretamente se o acordo luso-americano sobre a utilização da Base das Lages vai acabar, posso responder-lhe que não. E se me pergunta o mesmo relativamente ao acordo com a República Federal Alemã sobre a utilização da Base Aérea de Beja, também lhe respondo que não.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Já não é República Federal Alemã, mas Alemanha!

O Orador: — Não é! É República Federal Alemã!

Portanto, Sr. Deputado, respondo «não» à questão colocada e à observação feita!

Verifico que o Sr. Deputado Miranda Calha tem uma concepção muito estática da evolução da vida em termos de integração internacional. Na sua perspectiva, Sr. Deputado, um acordo que foi assinado com um certo figurino, em 1951, teria de se manter incólume até hoje, porque não podemos mudar.

Mas acontece que estamos a negociar uma mudança do acordo, alterando eventualmente contrapartidas de financiamento directo para contrapartidas de cooperação eco-

nómica. Já tive oportunidade de dizer isto mesmo com uma grande clareza, até porque corresponde inteiramente à verdade, uma vez que o próprio Governo vem conduzindo uma negociação — já referida pelo Sr. Primeiro-Ministro — no sentido de reformular o acordo com os Estados Unidos.

Devo também dizer ao Sr. Deputado, e faço-o com todo o conhecimento de causa, que nunca duvidámos — apesar das mudanças de prioridades e de algumas mudanças também na política de defesa americana, em função do que se passou na Europa — da necessidade que os Estados Unidos têm em manter a utilização da Base Aérea das Lages. É nessa base que continuamos a negociar.

Referiu também o Sr. Deputado que eu afirmi não estar preocupado com a situação da Base de Beja, mas posso esclarecê-lo, repetindo exactamente o que eu disse: neste momento, não vejo razões para manifestar preocupação relativamente a uma negociação que está muito bem encaminhada e que terá o seu fecho daqui a aproximadamente dois anos. E acrescento ainda que nessa negociação serão acautelados os interesses das populações. Deus queira que daqui por um ano e meio eu possa manter esta afirmação, mas a realidade actual é esta, pelo que posso afirmar que, neste momento, não vejo razões para estar preocupado com tal matéria.

Com efeito, há mudanças de utilização, por parte do Governo Alemão, da Base Aérea de Beja, que não podemos aceitar, mas isso não significa, de forma alguma, um rompimento das relações diplomático-militares com a Alemanha, designação, aliás, que o Sr. Deputado gosta mais de ouvir.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Cá estamos para ver!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Menezes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, gostaria de informar a Mesa e a Câmara de que a pergunta seguinte, que deveria ser formulada pelo CDS ao Sr. Ministro das Finanças, não poderá ser respondida hoje, na medida em que o CDS solicitou que fosse adiada, se possível, para a próxima sessão de perguntas ao Governo.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Sá para formular uma pergunta ao Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento sobre as consequências económicas, sociais e laborais da aplicação do mercado interno em relação aos trabalhadores aduaneiros e quais as medidas a ser adoptadas.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, a questão que o PCP pretende colocar não é nova para esta Câmara. Recordo, designadamente, a petição já aqui discutida, e que nos foi entregue em 19 de Dezembro de 1990, independentemente de outras diligências por parte dos despachantes oficiais e dos sindicatos.

Recordo também que esta questão já foi colocada várias vezes ao Governo, inclusivamente por mim, logo nos primeiros dias desta sessão legislativa, mas que até agora não obteve resposta. Portanto, é com satisfação que vimos o Governo estar aqui, hoje, a prestar contas sobre uma matéria de interesse público.

É sabido que desde o Acto Único está desenhada a perspectiva de 500 empresas de despachantes oficiais, que representam um total de 8000 trabalhadores, poderem ver a sua situação profunda e negativamente afectada no final deste ano.

Ao longo de vários meses, dispersos já por alguns anos, sucederam-se as lutas, os colóquios, as propostas e os vários estudos, em particular do Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas, da Câmara dos Despachantes Oficiais e do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços.

As medidas propostas foram da mais variada natureza. Refiro-me, em particular, ao incentivo à reforma total ou parcial, à reforma antecipada, à indemnização por cessação do contrato, no caso de trabalhadores que não estão em condições de pedir a reforma ou a antecipação dela, ao subsídio de desemprego, ao subsídio de criação de emprego, às medidas de formação profissional, além de algo extremamente importante, que se traduz em aproveitar a capacidade dessas 500 empresas e desses profissionais para realizar velhas tarefas, que vão ter uma particular incidência, ou para novas tarefas, que se vão colocar. Refiro-me, em particular, às que respeitam ao combate à evasão e à fraude fiscal e ao tráfico de droga, particularmente nas nossas fronteiras.

Perante esta situação, e em face de todo o tempo que decorreu, perguntava concretamente ao Governo se finalmente está disposto a assumir as suas responsabilidades e a corresponder às propostas concretas e construtivas apresentadas pelos profissionais do sector, que o PCP tem defendido nesta Câmara.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (Vasco Matias): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Sá, o Governo está aqui presente, nesta Câmara, para responder às questões decorrentes do mercado interno e da situação dos despachantes oficiais e, sobretudo, dos funcionários que estão ao serviço desses mesmos despachantes.

O Governo está atento ao problema, tem tido diversas reuniões e contactos quer com a Câmara dos Despachantes quer com os sindicatos. Existe também uma comissão interministerial preocupada em estudar, elencar e analisar as diferentes propostas que têm vindo a ser apresentadas sobre a matéria e, concretamente, há já um conjunto de medidas adoptadas.

Neste momento, na vertente aduaneira subsistem unicamente 3 pontos dos 10 inicialmente propostos. Ainda estão em estudo, mas penso que, em breve, poderão atingir uma resolução definitiva. Trata-se de questões relativamente pontuais: substituição de livros de movimentos por registo informático, gestão de impressos de contas do despacho pela própria Câmara dos Despachantes e, finalmente, o problema das amortizações do equipamento, que também está em estudo e terá resposta em breve.

Na vertente social, o problema do mercado interno não é exclusivo de Portugal. Trata-se de uma questão que incide sobre os nossos trabalhadores ao serviço dos despachantes, mas é também um problema comunitário. Por consequência, há uma interpenetração de procedimentos e de respostas que passam por medidas tomadas por Portugal e outras tomadas pela própria Comissão Europeia.

Nesse sentido, como será, provavelmente, do conhecimento do Sr. Deputado, a Sr.^a Comissária Scrivener encontra-se a preparar um trabalho, ou melhor, um estudo, que vai apresentar em meados de Abril à Comissão, em que prevê, fundamentalmente, o acesso dos trabalhadores a fundos comunitários, concretamente ao FEDER, ao Fundo Social Europeu e ao Programa INTERREG, que permitirão minorar a situação concreta de desemprego e de outras de menor dimensão e que se referem à actuação desses mesmos trabalhadores.

Por outro lado, Portugal já tomou, até ao momento, diversas medidas, sobretudo no domínio da formação e reconversão profissionais. Foram apresentados ao Governo 10 projectos de formação profissional que incidem em várias áreas, já foram aprovados 8 e, em breve, sê-lo-ão os outros 2, sendo a comparticipação no valor de 80 % e, em alguns casos, de 100 % do total dos projectos. Isto significa que bastantes projectos estão já em curso e destinam-se, fundamentalmente, a permitir e dar maior formação profissional aos trabalhadores, de modo que possam encarar o futuro, sobretudo de 1993 em diante, com uma formação profissional acrescida que lhes proporcione maiores perspectivas de emprego, pois trata-se de cursos na área das novas tecnologias, da micro-informática, de línguas, secretariado, etc.

Assim, em consequência, as medidas que foram tomadas e que ainda vão ser propostas — e Portugal está evidentemente aberto a adoptá-las, sobretudo em conjugação com a Comissão da Comunidade Europeia — permitirão, certamente, minorar um problema para o qual o Governo está obviamente atento.

A questão das reformas antecipadas tem de ser analisada com as devidas cautelas. Por um lado, Portugal mostra-se aberto. E, como sabem, trata-se de medidas que têm de ser estudadas em articulação do Ministério das Finanças com outros ministérios sectoriais, designadamente o Ministério do Emprego e da Segurança Social. Mas, se houver abertura por parte da Comissão, através dos programas que citei há pouco, pode equacionar-se a hipótese de reformas antecipadas em circunstâncias bem determinadas. É bom não esquecer que muitos dos trabalhadores são bastante jovens e, portanto, mais importante do que lançá-los para uma reforma antecipada, que não tem sentido, até sob o ponto de vista psicológico, é dar-lhes formação de modo que, realmente, possam ser úteis ao mercado de trabalho. Aliás, só desta forma eles se realizam, também, pessoalmente.

Este assunto ainda está em estudo. Há uma interpenetração de esforços do Governo Português, por um lado, e da Comissão, por outro, e pensamos que brevemente, para além das medidas que já estão em curso, será possível apresentar outras com vista à resolução dos problemas citados.

O Sr. Presidente: — Sr. Subsecretário de Estado, obrigado pelo seu rigor na observância do tempo.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Subsecretário de Estado, Srs. Deputados: Este assunto tem um grande valor simbólico porque, na verdade, testemunha que a integração comunitária não é apenas receber verbas da Comunidade Europeia, pois coloca problemas sociais que têm de ser tratados no devido tempo, com celeridade e cautelas.

Ora, no âmbito desta matéria e de acordo com os vários contactos que tenho estabelecido pessoalmente, quer com sindicatos quer com a Câmara dos Despachantes do Porto e de Lisboa, tenho verificado um extremo nervosismo que resulta da inoperância governamental e da falta de respostas atempadas por parte do Governo. Recordo, designadamente, a concentração de trabalhadores e despachantes no dia 27 de Janeiro deste ano, o colóquio para que fui convidado a participar, aliás, tal como um elemento do PS, e sem que o PSD estivesse significativamente presente em muitas outras acções e movimentações.

O Sr. Subsecretário de Estado falou do Parlamento Europeu e de actuações junto da Comunidade Europeia. Ora, nesta matéria, queria recordar que em 1989 o meu partido já levantou o problema no Parlamento Europeu e obteve respostas da Comissão Europeia no sentido de que estaria disponível para analisar a possibilidade de conceder apoios financeiros neste âmbito, desde que a questão fosse colocada pelos Estados membros.

Assim, existe um problema que de forma nenhuma pode absolver o Governo — independentemente de tudo aquilo que está em aberto e de, em algumas questões pontuais, este órgão se ter começado a movimentar —, que é o de ele se ter movimentado tão tarde, provocando tanto nervosismo, tantos problemas em tantas famílias, tanta inquietação e estarmos, neste momento, a oito meses do final do ano de 1992, do início do ano de 1993 e da implementação do Acto Único, havendo ainda tantas questões em aberto e tantos problemas sociais difíceis que ainda não estão resolvidos.

Em relação à questão dos apoios comunitários — que, aliás, em Novembro, suscitei num requerimento ao Governo —, e apesar de a Comissão Europeia ter manifestado, há tanto tempo, a sua disponibilidade, o Governo ainda está indeciso em torno do problema de saber se vai ou não haver apoios comunitários. É caso para dizer que o Governo se atrasou muito, que procedeu, nesta matéria, com uma grande falta de diligência e que foi necessário os despachantes oficiais e os trabalhadores movimentarem-se para, finalmente, haver o esboço de algumas respostas pontuais que, mesmo assim, estão longe de responder às propostas concretas que a Câmara dos Despachantes e os sindicatos do sector apresentaram, há já tanto tempo, e que são muito concretas e muito fundamentadas.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou responder muito brevemente, apenas para acrescentar alguns esclarecimentos.

O Governo, de facto, já estava a estudar o problema muito antes destas paralisações dos despachantes e dos funcionários ao seu serviço. No entanto, devo dizer também que as referidas paralisações não foram um exclusivo do Estado Português. As greves dos despachantes e dos

seus funcionários foram greves comunitárias, tratando-se de uma acção concertada e não exclusiva de Portugal, como poderia resultar, à primeira vista, da intervenção do Sr. Deputado Luís Sá.

Por outro lado, a redinamização das propostas por parte da Comissão, em ordem a haver fundos comunitários que possam, de facto, auxiliar o problema derivado da obrigação comunitária do Mercado Único, foi suscitada recentemente, num conselho de mercado interno, pela presidência portuguesa que, justamente, pressionou a introdução desta matéria na ordem do dia, a fim de que a Comissão venha a propor medidas concretas. Este dado salienta a preocupação de Portugal face ao problema e a vontade que temos de aproveitar esses fundos, em ordem a solucionar estas questões.

Finalmente, gostaria de dizer que, por consequência, as nossas medidas estão a ser tomadas. Há já grandes acções de formação profissional que estão em curso, e que são fundamentais, e vamos continuar a estudá-las em articulação com os diferentes departamentos ministeriais.

Aguardaremos também pela proposta da Sr.^a Comissária Scrivener, para obtermos um plano gizado, de modo a resolver, até ao final do ano e a tempo, o problema dos funcionários despachantes.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, esta sessão de perguntas ao Governo.

O Plenário voltará a reunir-se na próxima terça-feira, dia 31 de Março, pelas 15 horas, para se ocupar da inter-pelação ao Governo n.º 2/VI — Debate sobre política geral, centrado na política do ambiente e ordenamento do território —, apresentada por Os Verdes.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alberto Cerqueira Oliveira.
António Barbosa de Melo.
Manuel Castro de Almeida.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
António Luís Santos Costa.
Eduardo Ribeiro Pereira.
José Barbosa Mota.
Manuel Alegre Melo Duarte.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António de Carvalho Martins.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Hilário Azevedo Marques.
José Ângelo Correia.
José de Almeida Cesário.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís Carlos David Nobre.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Vitor Manuel Igreja Raposo.
Vitor Pereira Crespo.

Partidos Socialista (PS):

Ana Maria Bettencourt.
António Domingos Azevedo.
António José Martins Seguro.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Costa Candal.
Fernando Gomes Ká.
Fernando Manuel Costa.
Jorge Fernando Sampaio.
José Eduardo Cruz Jardim.
José Manuel da Silva Lemos.
José Rebelo dos Reis Lamego.
José Rodrigues dos Penedos.
José Sócrates de Sousa.
Mário Manuel Videira Lopes.
Rui Machado Ávila.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria Almeida Castro.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 120\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manoel do Melo, s/nº 1092-1 Lisboa, Caixa.